
Rompendo barreiras: a inserção da mulher negra no jornalismo esportivo brasileiro¹

Karina SANTOS²

Nair PRATA³

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG

RESUMO

O presente artigo traz uma discussão sobre as principais barreiras que a mulher negra pode encontrar ao tentar inserir-se no jornalismo esportivo. Um dos principais argumentos apresentados é a influência da tripla opressão que recai sobre a mulher negra: a de raça, a de gênero e de classe. Dessa forma, o artigo analisa a situação da mulher negra neste meio, especificamente no jornalismo televisivo, tendo como base a interseccionalidade acionando autoras com Collins e Bilge (2020) e González (2020).

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo esportivo; mulher negra; interseccionalidade.

INTRODUÇÃO

O jornalismo esportivo vem registrando uma abertura expressiva para as mulheres nessa área. O Painel Nacional de Televisão (PNT) divulgou em dezembro de 2021 o ranking das cinco emissoras mais assistidas do Brasil, sendo elas, citadas por ordem de classificação: Rede Globo, Record TV, SBT, Band e TV Brasil - RNCP. Em todas elas as atrações esportivas contam com a participação de jornalistas mulheres. Entretanto, essa abertura, apesar de romper com a barreira de gênero que foi imposta pela dominação masculina presente na área, ainda não atingiu as mulheres negras. Das emissoras citadas, apenas a Globo e a Band contam com jornalistas negras nos cargos de apresentadoras e repórteres. Nos canais por assinatura o cenário é semelhante.

Essa dificuldade de inserção da mulher negra na área é observada desde o início da editoria no Brasil. Historicamente dominado por homens, pesquisas indicam que o jornalismo esportivo surgiu no país em 1910 com um jornal intitulado *Fanfulla* (BRETONES, 2010) e somente 37 anos depois, em 1947, uma mulher conseguiu atuar na área. Seu nome era Maria Helena Rangel, contratada para cobrir esportes pela Gazeta

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Esporte XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. karina.peres@aluno.ufop.edu.br.

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Linguística Aplicada (UFMG), com estágio de pós-doutoramento na Universidad de Navarra (Espanha). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). nairprata@uol.com.br.

Esportiva. Porém, a presença de uma profissional negra só foi registrada 68 anos depois do início da editoria e três décadas depois de uma mulher branca atuar na área.

A pesquisa de Amanda Cardoso Santos (2021), um dos poucos trabalhos acadêmicos que se debruçam pela questão de raça e gênero no jornalismo esportivo, identificou Vera Daisy Barcellos como a primeira jornalista esportiva negra do país. Ela começou sua carreira no jornal Zero Hora, em 1978. A ausência de mulheres negras neste meio é um reflexo da desigualdade racial no Brasil e no próprio jornalismo. De acordo com dados do IBGE, em 2021, 43,0% dos brasileiros se declararam como brancos, 47,0% como pardos e 9,1% como pretos.

Apesar de ser a maioria na população isso não se reflete nas redações do Brasil, como constata a pesquisa Perfil Racial da Imprensa Brasileira. Divulgada em 2021, o estudo entrevistou 1.952 profissionais da área, apenas 20,10% dos jornalistas se autodeclararam pretos, pardos ou negros. O estudo ainda evidenciou que 85% das jornalistas negras entrevistadas tiveram a carreira marcada pela combinação entre racismo e machismo. Diante deste cenário, o presente artigo, que faz parte da dissertação que está em desenvolvimento “A inserção da mulher negra no jornalismo esportivo de Minas Gerais”, tem como objetivo investigar as principais barreiras que a mulher negra enfrenta para se inserir no jornalismo esportivo, observando os processos históricos que levaram esse grupo social a ocupar um lugar de desigualdade na área.

Para atingir esse objetivo, a pesquisa irá acionar o conceito de Interseccionalidade. Criado pela teórica Kimberlé Crenshaw (1989) e abordado por Collins e Bilge (2020), essa perspectiva também está presente no pensamento de feministas negras brasileiras como Lélia Gonzalez (2020), portanto, ele será acionado para pensar na interseção como a interseção entre raça, gênero e classe afeta a inserção da mulher negra no jornalismo esportivo. Dessa forma, o trabalho foi dividido em quatro sessões, a primeira traz uma discussão teórica sobre a interseccionalidade.

A segunda aponta a primeira barreira encontrada pela mulher negra nessa área: o domínio dos homens brancos no comando dos meios de comunicação. Já a terceira sessão discute como a divisão racial do trabalho, por meio do critério de seleção racial pode afetar a entrada e permanência desse grupo social na área do telejornalismo esportivo. Por fim, a última parte do trabalho traz nome de jornalistas negras identificadas pela pesquisa e também problematiza a falsa impressão de inclusão causada pelos meios de comunicação ao inserirem uma pessoa negra na área.

Raça, gênero e classe: a tripla opressão da mulher negra

A trajetória da mulher negra, assim como quase todas as estruturas sociais do país, tem raízes profundas na escravidão. Em 1500, além de iniciarem a falsa narrativa da descoberta do Brasil, os portugueses também iniciaram um processo de exploração dos recursos naturais das novas terras, escravizando os indígenas e, posteriormente, em meados do século XVI, os africanos escravizados. A violência se iniciava com o sequestro dessas pessoas nos seus países de origem e continuava nas embarcações que os traziam para o Brasil. Ao desembarcarem, a rotina de humilhações e violência tinham segmento com os leilões e o trabalho forçado.

Nos engenhos de açúcar, nas minas de ouro e nas outras atividades econômicas e domésticas realizadas pelos povos escravizados, a violência perdurava: açoites em praças públicas, correntes de ferro nos punhos e pés, máscaras de ferro, estupro, mutilação, fome e sede, são alguns exemplos. Essa violência extrema da escravidão perdurou por quase 400 anos e foi direcionada para cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, que foram trazidos a força para o Brasil durante esse período.

Após a abolição, os escravizados recém libertos foram deixados à própria sorte sem acesso à assistência pública e à educação, o que relegou essa parte da população ao subemprego. Enquanto os negros brasileiros buscavam formas de sobreviver no país, o governo brasileiro incentiva a imigração europeia subsidiando a chegada deles no Brasil.

A ideia era ter mão de obra barata, além de incentivar a miscigenação, que tinha o objetivo de embranquecer a população brasileira, pois devido a falsa ideia de superioridade branca “acreditava-se que aumentando o número de brancos no Brasil, o país se desenvolveria como os países do velho continente. Acreditava-se que a miscigenação era o caminho para a obliteração dos negros e construção do ‘verdadeiro’ povo brasileiro” (SANTOS, 2021, p.7).

A assistência direcionada aos europeus e o esquecimento proposital da população negra acirrou as desigualdades sociais no país em vários âmbitos, como no acesso à educação, à moradia, à saúde e ao mercado de trabalho. Esse processo aplicou desvantagens sociais nos descendentes de escravizados e atuam na definição do lugar social que essas pessoas vão ocupar. Entretanto, por mais que homens e mulheres negras tenham sido submetidos a escravidão e sofram com as consequências desse processo até

os dias atuais, a experiência da mulher negra na sociedade brasileira é diferente. Ela convive com uma tripla opressão: a de raça, gênero e classe.

Durante muito tempo essa tripla opressão foi ignorada pelo movimento feminista, como relata Gonzalez (2020):

Em recente encontro feminista realizado no Rio de Janeiro, nossa participação causou reações contraditórias. Até aquele momento tínhamos observado uma sucessão de falas acentuadamente de esquerda, que colocava uma série de exigências contra a luta da exploração da mulher, do operariado etc. A unanimidade das participantes quanto a essas denúncias era absoluta. Mas no momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras; todavia, as representantes das regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). Toda a celeuma causada por nosso posicionamento significou, para nós, a caracterização de um duplo sintoma: de um lado, o atraso político [...] e do outro a grande necessidade de denegar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca (GONZÁLEZ, 2020, p.61).

A tripla opressão deposita sobre as mulheres negras questões que não eram vivenciadas pelas mulheres brancas e acabavam sendo ignoradas pelo movimento feminista. Diante dessa exclusão, as mulheres negras começaram a se organizar em um movimento próprio: o feminismo negro, que tem como uma das principais bases teóricas a interseccionalidade. O termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989 e é utilizado pelas feministas negras como uma ferramenta teórica e metodológica para refletir “acerca da inseparabilidade estrutural entre patriarcado, sexismo, racismo e suas articulações que implicam em múltiplas situações de opressão sofridas pelas mulheres negras. (LEAL, 2021, p.27).

No Brasil, o feminismo negro ganhou força e visibilidade a partir da década de 1970, com o Movimento de Mulheres Negras (MMN) e com as obras de pensadoras negras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro. Antes mesmo da popularização do termo interseccionalidade, o movimento do país já pensava na interseção entre gênero, classe e raça.

Leal (2021), explica que a visão tradicional das discriminações separa as opressões e analisa cada uma individualmente: a discriminação de gênero somente pela perspectiva das mulheres, a de raça a partir da etnicidade e a de classe pensa nas pessoas menos favorecidas economicamente. Entretanto, a interseccionalidade defende que nem

sempre lidamos com essas categorias de discriminação de forma separada, e que na verdade, em algumas situações, elas vêm sobrepostas umas às outras, como é o caso das mulheres negras.

Ao sobrepor o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade ou por serem portadoras de alguma deficiência, as mulheres de pele mais escura são as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos. Para Crenshaw, a visão tradicional de discriminação opera no sentido de excluir as sobreposições (LEAL, 2021, p. 27).

A já citada pesquisa Perfil Racial da Imprensa Brasileira indicou que 85% das jornalistas negras entrevistadas sofrem com a dupla-opressão racismo e machismo. É evidenciado, dessa forma, como a “misoginia e racismo, assédio, identificar a mulher como incapaz ou inapta e discriminação no tratamento profissional são alguns dos problemas enfrentados” (2021, p.6). Apesar de não tratar especificamente sobre a editoria de esportes, os dados revelam que analisar a inserção da mulher negra no jornalismo esportivo somente pelo viés do gênero, da raça ou da classe separadamente não seria o suficiente para compreender as complexidades que envolvem o assunto. Dessa forma, tendo a interseccionalidade como conceito norteador, indicamos algumas possíveis barreiras que mulheres negras enfrentam no jornalismo esportivo.

Barreira I: uma questão estrutural dos meios de comunicação

Collins e Bilge (2020) utilizam a interseccionalidade como ferramenta analítica para mostrar como o maior torneio de futebol do planeta, a Copa do Mundo FIFA, revela as relações de poder que envolvem raça, gênero, classe, nação e sexualidade. A mesma analogia feita pelas autoras pode ser pensada para analisar a situação da mulher negra no jornalismo esportivo.

O primeiro passo dado por elas foi o de pensar o domínio estrutural do poder que “refere-se às estruturas fundamentais das instituições sociais, como mercado de trabalho, moradia, educação e saúde” (COLLINS E BILGE, 2020, n.p). Essa questão do domínio estrutural de poder pode ser acionada para analisar a ausência de mulheres negras na área partindo de dentro, de quem comanda os meios de comunicação do país, visto que, fazendo um recorte para os meios tradicionais, eles são os responsáveis por empregar as mulheres negras no jornalismo esportivo.

Tiago Vinícius André dos Santos (2017) pesquisou a relação entre mídia e racismo no Brasil. Ao analisar as concessões de rádio, TV e emissoras afiliadas no país, o autor concluiu que majoritariamente os homens brancos são os donos das concessões dos meios de comunicação brasileiros. Essa constatação também é feita pelas pesquisadoras Moura e Peruzzo (2021, p.5) que destacam que esses veículos “encontram-se em mãos de famílias como a Marinho, proprietária do Grupo Globo; Abravanel, do SBT; Macedo, da Record; Saad, da Bandeirantes; Frias, da Folha de São Paulo; e Sirotsky, do Grupo RBS”.

O domínio estrutural de homens brancos nos meios de comunicação pode atuar reforçando a visão de que o esporte é uma área de interesse masculino. Isso pode demonstrar uma relação de poder ligada ao gênero, pois esse pensamento dificulta a inserção das mulheres na área. Ou seja, as mulheres de forma geral encontram barreiras para se inserir no meio. Porém, quando pensamos na intersecção entre raça e gênero, percebemos indicativos de que esse domínio resulta no reforço de estereótipos ligados à mulher negra e na ideia de que esse não é o lugar social dela.

O resultado disso é que o discurso midiático brasileiro primeiro fortalece a ideia da branquitude, do privilégio branco. [...] Eu naturalizo a ideia de branquitude, a ideia de que não existe racismo no Brasil, e que a condição do negro enquanto um indivíduo subalternizado é o lugar natural da existência dele (SANTOS, 2020).

Ainda sobre as lentes da perspectiva interseccional, nota-se que sobre as mulheres negras ainda recai a divisão sexual do trabalho, que definiu historicamente o que é trabalho de mulher, suas competências e seu lugar na sociedade (BIROLI, 2016) e também a divisão racial do trabalho, que definiu o lugar do negro na vida econômica. Essa categoria teve início com o processo de escravidão e principalmente no pós-abolição, pois o mercado de trabalho assalariado no Brasil não absorveu a população recém liberta.

“o processo de abolição desencadeou uma série de problemas, sendo um deles a divisão racial do trabalho, que ganha fôlego, especialmente, no processo de compra e venda da força de trabalho, resultando na ausência de condições materiais para a população negra satisfazer as suas necessidades humanas básicas de reprodução da vida” (ALVES, 2022, n.p).

Esse processo foi impulsionado pelo racismo, “que assumiu papel social, ideológico e político no mercado de trabalho brasileiro, e serviu para demarcar o lugar das(os) trabalhadoras(es) negras(os) na sociedade capitalista, sedimentando a divisão racial do trabalho no Brasil” (ALVES, 2022). Sendo assim, indícios mostram que além de lidar com as opressões de gênero que existem na vida econômica, a mulher negra ainda

lida com as consequências do racismo e da divisão racial do trabalho, que a coloca em lugares pré-determinados.

Desde a escravidão, o corpo da mulher negra era visto como um corpo voltado para o trabalho braçal e subalterno. Esse lugar é reforçado pelos estereótipos que “são práticas de representação e, portanto, adquirem sentido no interior dos contextos culturais, sociais e políticos em que são produzidos” (CANDIDO E JÚNIOR, 2019, n.p). Gonzalez (2020) explica que a mulher negra no país é vista pela lente de três estereótipos: a mulata, a doméstica, também chamada de mucama e a mãe preta.

Para o objetivo proposto por essa pesquisa vamos nos atentar ao da doméstica. De acordo com Gonzalez (2020), esse estereótipo coloca a mulher negra como a figura da prestação de bens e serviços, ou seja, que carrega sua família e a família branca nas costas. Essa percepção está no imaginário social, de modo que o mercado de trabalho e a exploração econômica se apropriam desses estereótipos e atuam para manter a mulher negra em atividades pouco valorizadas, entre elas, os trabalhos domésticos.

A Agência Brasil (2022), divulgou o resultado do relatório sobre o perfil das trabalhadoras domésticas do Brasil, realizado pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese) em 2021. Os dados mostraram que 65% delas são negras e que 20% recebem menos do que as trabalhadoras brancas. Os estereótipos herdados principalmente do período escravocrata podem dificultar a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho e em atividades que não necessitam da força física, e sim do intelecto, como é o caso do jornalismo esportivo.

Barreira II: a seleção racial no jornalismo esportivo

Ainda pensando na questão estrutural do poder apontada por Collins e Bilge (2020), podemos perceber que o domínio masculino reforça um padrão estético no jornalismo esportivo, que faz com que as mulheres negras que queiram atuar na área passem pelo critério de seleção racial.

Anúncios de emprego, por vezes tinham como exigência “uma boa aparência”, o que para González (2020) queria dizer que os contratantes não aceitavam pessoas negras para funções que lidavam diretamente com o público, na área da comunicação não foi diferente. A boa aparência também é um critério de seleção, principalmente no telejornalismo, que de acordo com Souza e et al. (2022, p.5) permitiu a união da informação à estética, sendo que “o corpo funciona como veículo de comunicação e

pequenos detalhes, como a roupa utilizada por estes profissionais, produzem sentido e comunicam algo ao receptor da mensagem”.

No meio esportivo a seleção racial pode ser percebida ao notarmos que existe um padrão estético nas apresentadoras e repórteres. No Brasil, a Rede Globo de Televisão e a Rede Bandeirantes (Band), ambas com histórico importante na cobertura esportiva, podem demonstrar esse arquétipo.

O Esporte Espetacular vai ao ar todos os domingos na Rede Globo e é uma das atrações mais antigas da televisão brasileira. Atualmente, a apresentação nacional é feita por Bárbara Coelho, que é loira, alta, magra e de olhos claros. Ela entrou como substituta de Fernanda Gentil, também loira, alta e magra. Na Band, no Jogo Aberto, programa esportivo que vai ao ar de segunda a sexta a partir das 11 horas, encontramos o mesmo padrão. Renata Fan, que comanda a atração desde 2007 é loira, alta, magra e tem os olhos claros. Quando ela não pode apresentar, sua substituta é Kalinka Schutel, que não foge à regra, também é branca, de cabelo liso e olhos claros. Nos canais fechados, como a ESPN, o padrão se repete: Daniela Boaventura, Natasha David, Marcela Rafael, Gláucia Santiago, Marina Spinelli e Elaine Trevisan, são mulheres brancas, magras, de cabelo liso e loiras - com exceção de Spinelli e Trevisan.

Devido ao histórico da formação do país, podemos supor que esse padrão estético tem sua gênese na política de branqueamento, que foi baseada na ideia de hierarquia de raças, na qual o branco seria superior aos negros. Essa apreciação acontece também na mídia e coloca sobre os ombros das jornalistas negras o peso de não se encaixarem no padrão estético que é valorizado pela sociedade. Wolf (1992), explica que os homens usaram a beleza como uma moeda de troca e veem essa característica como parte do sistema econômico. Partindo dessa reflexão, podemos perceber que o padrão eurocêntrico das jornalistas esportivas é utilizado pelo meio como uma estratégia capitalista para atrair a audiência da classe masculina. Essa percepção também está presente nas pesquisas de Souza et al, 2022 e Righi, 2006.

A estratégia é validada pelo público, pois, no Brasil, esse tipo de beleza específica foi construído historicamente na formação da sociedade. A pele branca, olhos claros e cabelos loiros e lisos, são mais valorizadas e aceitáveis. Apesar das apresentadoras citadas se encaixarem em um padrão de beleza, essas características não as isentam de sofrer dificuldades na área, como o assédio ou terem seus conhecimentos na área colocados em dúvida. Porém, como argumentado até aqui, para as mulheres negras esse padrão opera

em outra chave: ele pode ser mais uma questão que dificulta a inserção e permanência delas no jornalismo esportivo.

Um fato que pode ilustrar o que foi falado até o momento é o caso da repórter Camila Silva. De acordo com Santos (2021), ela atuava na Globo há oito anos, dois deles dedicados aos esportes, quando em 2018, ano de Copa do Mundo, recebeu a notícia de que seria transferida para o Hora 1, jornal da madrugada, para cobrir crimes e tragédias.

“A transferência teria sido feita para acomodar Mari Palma, até então apresentadora do G1 em um Minuto, na equipe de esportes que faria a cobertura do mundial por ordens da chefia [...] Seis meses depois, a repórter foi desligada da emissora e disse em entrevista ao UOL que a justificativa para a sua demissão foi que o esporte não estava na sua veia” (SANTOS, 2021, p.36).

O caso de Camila pode ser observado como um exemplo da seleção racial no jornalismo esportivo, mesmo tendo experiência na área, ela perdeu seu espaço, ou usando uma expressão comum do futebol, foi colocada de escanteio, para que uma mulher branca, que está dentro da maioria dos padrões eurocêntricos abordados até aqui, pudesse ocupar seu lugar. Além disso, casos de preconceitos sofridos por Camila no exercício da sua profissão também demonstram como o padrão branco de beleza está enraizado na sociedade.

No Rio, um cinegrafista falou para mim: 'Você é muito bonita, eu já te vi no vídeo, você trabalha muito bem, tem feito coisas muito boas. Você só deveria fazer uma chapinha nesse cabelo, né?'. A gente fica até sem palavras. (SILVA, 2018).

Ainda tendo os conceitos de Collins e Bilge (2020) como base, elas afirmam que a Copa do Mundo é um exemplo de como o poder das ideias, representações e imagens de um mercado global normalizam atitudes e expectativas culturais em relação às desigualdades sociais. Do mesmo modo, vemos que a estrutura dominante dos meios de comunicação atua para normalizar que primeiro a área dos esportes é masculina, e posteriormente, das mulheres brancas, reforçando o estereótipo e imaginário social de que esse não é o lugar da mulher negra. Nesta questão também podemos pensar no domínio disciplinar do poder, de acordo com Collins e Bilge (2020) esse conceito revela como certos grupos e indivíduos são "disciplinados" para se enquadrar e/ou desafiar o status quo, a partir de práticas disciplinares recorrentes.

Ao trazermos essa analogia para a questão da mulher negra no jornalismo esportivo podemos notar mais uma vez, a ação da tripla opressão vivenciada por esse

grupo. “Em essência, as relações de poder interseccionais utilizam categorias de gênero ou raça, por exemplo, para criar canais para o sucesso ou a marginalização, incentivar, treinar ou coagir as pessoas a seguir os caminhos prescritos” (COLLINS E BILGES, 2020, n.p). Ou seja, os fatores citados acima, somados ao domínio disciplinar no poder reforçam o lugar que a mulher negra deve estar na sociedade, e esse lugar, no imaginário de uma sociedade racista, é o da subalternidade e certamente não no jornalismo esportivo. E além de dificultar a inserção delas na área, essas questões também dificultam a permanência.

As discussões apresentadas também podem revelar a ação do racismo institucional, que como explica Almeida (2018, p.31) é uma forma de “domínio que se dá com estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder”. Baseado neste conceito, é possível argumentar que a seleção racial, a divisão sexual e racial do trabalho, o reforço a estereótipos podem ser uma estratégia utilizada pelas instituições, aqui especificamente as empresas de comunicação, para manter o status quo da mídia brasileira.

E quando elas conseguem romper essas barreiras?

Como já citado, o primeiro registro identificado de uma mulher negra no jornalismo esportivo veio três décadas após uma mulher branca atuar na área. Santos (2021) indica que Vera Daisy Barcellos, foi a pioneira entre as mulheres negras no jornalismo esportivo. Na área, começou sua carreira no jornal Zero Hora, em 1978. “Por lá, a jornalista foi, de fato, a primeira: antes dela, não havia outra mulher negra na cobertura de esportes do jornal” (SANTOS, 2021, p.27). Ela permaneceu no veículo por 16 anos e se destacou principalmente na cobertura do futsal. A partir do livro Enciclopédia do Rádio Esportivo Mineiro (2014), que traz a biografia de 382 radialistas de Minas Gerais que ajudaram e ajudam a construir o jornalismo esportivo nas ondas do rádio no estado, foi possível identificar mais mulheres negras pioneiras na área. Do número total dos biografados, apenas oito são mulheres. Das oito, somente duas são mulheres negras, sendo elas: Nair Prata e Úrsula Nogueira.

Santos (2021), conseguiu identificar apenas oito nomes de jornalistas esportivas negras, sendo elas: Rita Andrade, Lica Oliveira, Karine Alves, Débora Gares, Roberta Garcia, Denise Thomaz Bastos, Raphaelle Seraphim e Cynthia Martins. A pesquisa que está em desenvolvimento conseguiu identificar outros nomes, como o de Jordana Araújo

que vem se destacando como comentarista e apresentadora da Band. Sua estreia em canal aberto aconteceu no dia 29 de abril de 2023.

[...] foram muitas voltas, tentativas de apagamento, muitos não, muitos comentários maldosos sobre cabelo, sobre perfil, sobre aparência física, sobre capacidade, muito suor e lágrimas [...] Hoje eu realizei o sonho que eu compartilhei com a Dona Vera há 18 anos. Falei de futebol na TV aberta “no canal 13” [...] (ARAÚJO, 2023)

Outra jornalista identificada é Amanda Barbosa, que desde 2022 trabalha como repórter esportiva da Globo e do SporTV. Para o site Dibradoras, Júlia Belas (2021), que é uma jornalista esportiva negra, fez uma pesquisa sobre mulheres negras neste meio para além da grande mídia e identificou alguns nomes. Natália Silva, da Bahia, é um desses nomes. Ela realizou o projeto “A Negra no Futebol Brasileiro”, que traz o relato de cerca de 50 mulheres sobre futebol e racismo. Outra jornalista citada por Belas (2021) é Bianca Santos, que em 2021 trabalhava no canal do Youtube Desimpedidos, sobre esporte e humor, além de ser criadora do canal Fala sem Gritar, que produz conteúdo digital voltado para o esporte.

O Facebook *Watch*, uma plataforma em que o usuário pode descobrir vídeos e programas sobre esportes que além de transmitir jogos ao vivo, foi utilizado por Luiza Santana como uma forma de conseguir uma oportunidade na área. Em 2021, ela narrou jogos do Campeonato Paulista e Libertadores feminina para na plataforma, hoje ela é narradora na RP2 Sport Marketing, produtora no NSports e coordenadora de transmissão do Brasileirão Play. Bruna Rodrigues é outra mulher negra identificada pelo site que atua com o esporte, ela é produtora de automobilismo para o Globo Esporte.

Já Eduarda Gonçalves, trabalha como repórter esportiva dos canais por assinatura ESPN Brasil e Star Plus, cobrindo as notícias esportivas de Minas Gerais. A jornalista ganhou visibilidade em 2021 após ganhar ao lado de Isabelly Gonçalves, o concurso Narra Quem Sabe, promovido pela emissora em que Eduarda trabalha atualmente.

Até o momento, a pesquisa que está sendo desenvolvida mostra um pequeno avanço ao identificar e trazer para um trabalho acadêmico o nome dessas jornalistas, entretanto, o número de mulheres negras atuando na área se mostra irrisório quando comparado ao de mulheres brancas.

A Rede Globo, por exemplo, que tem na grade de sua programação aberta quatro atrações esportivas, sendo elas: Globo Esporte, o Esporte Espetacular, o Segue o Jogo e o Auto Esporte. Em todos, com exceção do Segue o Jogo, a apresentação conta com a

participação de uma mulher, entretanto, somente o bloco local do Globo Esporte e Esporte Espetacular de São Paulo contam com uma apresentadora negra. Ela é Karine Alves, a segunda mulher negra a comandar o Esporte Espetacular em 50 anos. Atualmente, quando se pensa em representatividade da mulher negra na área, o nome dela é o mais citado e o que mais tem visibilidade.

Hoje, ela é sinônimo de que esse grupo pode romper com as barreiras citadas acima e conquistar um espaço de destaque na área. Porém, é necessário olhar para essa conquista com cautela. Em uma entrevista concedida ao site GZH Esportes, a jornalista foi questionada se enxergava uma evolução no meio esportivo para as pessoas negras e sua resposta foi:

Até notei, mas falta muito na parte de cima da pirâmide. Teve uma diferença mínima. Tanto é que só tem a Karine em programas de esporte. Não sei até que ponto essa mudança aconteceu porque veio essa cobrança por parte também dessa minoria ou se é uma iniciativa das empresas, que precisam ter diversidade. Algumas só pensam na imagem e não na estrutura. O próximo passo é mexer com a estrutura do racismo institucional (ALVES, 2021).

Ou seja, mais uma vez esbarramos na estrutura dos meios de comunicação, fato já problematizado neste artigo. A questão é que esse problema pode ser mascarado com a presença de uma pessoa negra em um cargo de representatividade essa questão pode ser lida pela chave do *tokenismo*. O termo é utilizado para se referir a uma inclusão simbólica que consiste em:

fazer pequenas - e superficiais - concessões a grupos minoritários para evitar acusações de preconceito e discriminação. Esta prática é geralmente realizada por pessoas que incorporam um número mínimo de membros de grupos minoritários para criar uma ficção de igualdade ou diversidade e dar uma imagem progressista (RADI, 2019).

O *tokenismo* surgiu em 1960, por meio do movimento negro estadunidense pela luta dos direitos civis. Ele está presente em diversas camadas sociais, principalmente na mídia e no mercado de trabalho e atinge todos os grupos minoritários, como as pessoas com deficiência e as que se identificam com alguma sigla LGBTQIAP+. Quando o grupo dominante faz essa concessão e incluiu uma pessoa da minoria em uma área, elas se tornam um *token*, que traduzido do inglês significa símbolo, sendo vistas mais como um ícone representativo do que como indivíduo.

Radi (2019) explica que fica a cargo de uma única pessoa ser porta-voz de todo um grupo, excluído as diferenças que existem dentro dos próprios grupos chamados de minorias. Na mídia brasileira, isso acontece em situações que ocorrem casos de racismo,

por exemplo, e os tokens de uma determinada emissora, que representam a minoria negra, são convocados para debater o assunto. Entretanto, em outras áreas de conhecimento, em que eles também poderiam contribuir, acabam não sendo acionados, atrelando assim, suas competências a sua identidade.

A falsa impressão de inclusão das minorias nos espaços de poder acaba ajudando a manter o status quo desses grupos sociais e de acordo com Randi (2019), a participação simbólica mantém a inferioridade numérica desses grupos, sendo que a presença deles nem sempre abre caminho para outros e pode ter o efeito oposto. É possível perceber que isso acontece com a inclusão de raça e gênero no jornalismo esportivo. A Globo ganha perante o público a característica de ser inclusiva por ser a única emissora do Brasil, entre os canais abertos e fechados, que tem uma mulher negra como apresentadora de um programa esportivo. Entretanto, a presença de Karine Alves neste cargo, por mais que seja relevante no sentido de representatividade, pouco muda na questão estrutural do problema.

CONCLUSÃO

As discussões apresentadas neste artigo revelam que apesar de na atualidade ser possível identificar novos nomes de jornalistas negras atuando no meio esportivo, esse número é muito pequeno quando comparado com o de mulheres brancas. O trabalho também aponta alguns indícios que podem ajudar a entender a pouca presença desse grupo nas atrações esportivas, que chamamos aqui de barreiras. Uma delas é a tripla opressão que a mulher negra sofre na sociedade em geral e também atua no jornalismo esportivo.

Por exemplo, a área é dominada historicamente pela presença masculina, portanto, ela precisa lidar com as questões de gênero que circundam o meio. Porém, quando analisamos essa opressão pela chave da raça, podemos perceber que ela ganha outros moldes, como na seleção racial, visto que o mercado de trabalho do jornalismo esportivo deixa indícios de que as mulheres dentro de um padrão eurocêntrico de beleza são priorizadas para ocupar certos cargos.

Além disso, as questões estruturais dos meios de comunicação também podem trazer indícios sobre as dificuldades que as mulheres negras encontram para se inserirem na área, pois as instituições são peças que ajudam a manter o status quo social. Dessa forma, a questão estrutural mostra-se como uma peça chave para entender a baixa

presença de mulheres neste meio. Indo além, o estudo também indica que essa questão pode ser mascarada com a presença da negra única, que acaba sendo vista como sinônimo de inclusão e mudança no jornalismo esportivo, mas que na verdade não representa uma mudança superficial. Portanto, é válido ressaltar que a representatividade de mulheres nos cargos de repórteres e apresentadoras é importante, mas que o jornalismo esportivo ainda deixa vestígios de que essa também é uma questão estrutural e de que a área ainda apresenta diversas barreiras que impedem que um número expressivo de mulheres negras atuando no jornalismo esportivo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. *Katálysis*, Santa Catarina, 2 ed. 22 de maio. 2022.
- ARAÚJO, Jordana (Jordana Araujo). Jordana pública sobre a conquista de apresentar um programa na Band. São Paulo, 29 de abr. 2023. Instagram: @jordanaaraujo. Disponível em: <<https://www.instagram.com/jordanaaraujo/>>. Acesso em: 8 ago. 2023.
- BELAS, Julia. Além de Karine, as pretas que estão mudando a cara do jornalismo. Dibradoras, 20 de nov, 2021. Disponível em: <<https://dibradoras.com.br/2021/11/20/alem-de-karine-as-pretas-que-estao-mudando-a-cara-do-jornalismo/>>. Acesso em: 13 de jul. 2023.
- BERTONCELLO, Marcos e DIVERIO, Rafael. Karine Alves, jornalista do Grupo Globo: "O racismo vai se renovando, mudando de roupa". GZH Esportes. 19 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2021/11/karine-alves-jornalista-do-grupo-globo-o-racismo-vai-se-renovando-mudando-de-roupa-ckw5di7m900at016fxrmchubn.html>>. Acesso em: 10 de agt, 2023.
- BRETONES, Marcos Jardim de Amorim. Redação SporTV: uma experiência de jornalismo esportivo crítico. 2010. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social, Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, Brasília, 2010.
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. Dados: SciELO, [S.L.], v. 59, n. 3, p. 719-754, set. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201690>.
- CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: Proposta metodológica para análises em Comunicação. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 24, publicação contínua, p. 1–22, 2020.
- COLLINS, Patricia Hill e BILGE, Sirma. Interseccionalidade. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- Gonzalez, Lélia. In: LIMA, Márcia e Rios, Flávia (Org.). Por um Feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua, 2022. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=O%20IBGE%20pesquisa%20a%20cor,10%2C6%25%20como%20pretos>>. Acesso em: 10 de agt, 2023.

Jornalistas&Cia; Portal dos Jornalistas; Instituto CORDA – Rede de Projetos e Pesquisas I'MAX. Perfil Racial da Imprensa Brasileira, 17 de nov. 2021. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2021/11/pesquisa-perfil-racial-da-imprensa-17-nov-2021.pdf>>. Acesso em: 10 de agt. 2023.

LEAL, Halina. A interseccionalidade como base do feminismo negro. Revista USP, Cadernos de Ética e Filosofia Política, v. 39, n. 2, p. 21– 32, 2021.

Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no Brasil. Agência Brasil, Brasília, 27 de abril de 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>>. Acesso em: 11 de agt, 2023.

PRATA, Nair e SANTOS, Maria Cláudia. Enciclopédia do Rádio Esportivo Mineiro. Florianópolis: Insular, 2014.

PERUZZO, Cecília e MOURA, Tatiana. RACISMO NA MÍDIA BRASILEIRA. In: Seminário de Comunicação e Territorialidades, VII, 2021, virtual. p. 1 - 8.

JÚNIOR, João Feres e CANDIDO, Marcia Rangel. Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. Revista Estudos Feministas, Santa Catarina, 2019.

PACHECO, Paulo. Repórter demitida pela Globo elogia emissora, mas relembra casos de racismo. UOL, São Paulo, 22 de nov de 2018. Disponível em: <<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2018/11/22/reporter-demitida-pela-globo-elogia-emissora-mas-relembra-casos-de-racismo.htm>>. Acesso em: 11 de agt. 2023.

SANTOS, Amanda Cardoso dos. Jornalistas negras e racismo no jornalismo televisivo. 2021. 54 f. Curso de Jornalismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, Tiago Vinícius André dos; DIAS, Valéria. Representatividade negra: qual é a cor dos donos das concessões de rádio e tv no brasil?. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/representatividade-negra-qual-e-a-cor-dos-donos-das-concessoes-de-radio-e-tv-no-brasil/>. Acesso em: 10 agt. 2023.

SOUZA, Erica, et. al. A Beleza é Mesmo Tão Fugaz? Padrões e Estética de Jornalistas de Emissoras de TV's Tradicionais e da Internet. In: Encontro da ANPAD - EnANPAD, XLVI, 2022, versão online. Anais [...]. 23 de set de 2022.

WOLF, Naomi. O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.